



*Instituto de Previdência  
do Município de Jundiaí*

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2018**



**Abril/2019**

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	<b>Pág.</b>
<b>I.</b> Introdução -----	03
<b>II.</b> Relatório dos Auditores Independentes -----	04 a 07
<b>III.</b> Balanço Patrimonial -----	08 a 09
<b>IV.</b> Demonstração das Variações Patrimoniais -----	10 e 11
<b>V.</b> Balanço Financeiro-----	12 e 13
<b>VI.</b> Balanço Orçamentário-----	14 a 15
Receitas Orçamentárias -----	14
Despesas Orçamentárias -----	15
<b>VII.</b> Demonstração do Fluxo de Caixa -----	16
<b>VIII.</b> Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis -----	17 a 26
<b>IX.</b> Relatório Circunstanciado da Auditoria -----	27 a 42



Campinas, 24 abril de 2019

À

Diretoria do

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

Estivemos nas dependências do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2018.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;  
Balanço Patrimonial;  
Balanço Financeiro;  
Balanço Orçamentário;  
Demonstrações das Variações Patrimoniais;  
Demonstração dos Fluxos de Caixa;  
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e  
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP**

Roberto Araújo de Souza

Sócio Responsável

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretores e Conselheiros do

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida, é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros Assuntos**

#### **Auditoria do período anterior**

As demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas e emitimos relatório em 03 de

abril de 2018 com opinião sem modificações sobre essas demonstrações contábeis.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de abril de 2019



CRC2SP023856/O-1

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**  
CTCRC1SP242826/O-3  
Sócio Responsável



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(Em Reais)

**ATIVO**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.618.018.817</b>	<b>1.428.803.301</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	502	15.591
Créditos a Curto Prazo	21.020.307	23.551.608
Investimentos Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.596.962.993	1.405.203.591
Estoques	35.015	32.511
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>272.519.169</b>	<b>148.097.179</b>
Crédito Tributário a Receber	196.462.638	72.246.837
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.725.476	75.550.483
Imobilizado	331.054	299.859
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>1.890.537.986</b>	<b>1.576.900.480</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(Em Reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.154.454</b>	<b>8.932.942</b>
<b>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>874.288</b>	<b>497.019</b>
Pessoal a Pagar	230.826	229.369
Benefícios Previdenciários a Pagar	607.723	246.850
Encargos Sociais a Pagar	35.739	20.799
<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>45.653</b>	<b>40.685</b>
<b>Provisões a Curto Prazo</b>	<b>4.811.600</b>	<b>5.605.343</b>
<b>Demais Obrigações de Curto Prazo</b>	<b>3.422.913</b>	<b>2.789.895</b>
 <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	 <b>1.959.290.373</b>	 <b>1.406.373.765</b>
Provisões de Longo Prazo	1.959.290.373	1.406.373.765
 <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	 <b>(77.906.841)</b>	 <b>161.593.773</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>(77.906.841)</b>	<b>161.593.773</b>
Resultado do Exercício	(239.500.614)	108.836.661
Resultado de Exercício Anteriores	161.593.773	52.757.113
 <b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	 <b>1.890.537.986</b>	 <b>1.576.900.480</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 E 2017  
(Em Reais)

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b><u>Contribuições</u></b>	<b><u>209.357.020</u></b>	<b><u>191.904.454</u></b>
Contribuições Sociais	209.357.020	191.904.454
<b><u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u></b>	<b><u>83.783.482</u></b>	<b><u>7.941.189</u></b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.929.510	-
Juros e Encargos de Mora	-	3.699.156
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	80.853.972	4.242.033
<b><u>Transferências e Delegações Recebidas</u></b>	<b><u>14.575.929</u></b>	<b><u>10.403.645</u></b>
Transferências Intra Governamentais	14.478.243	10.395.450
Execução Orçamentária Delegada de Entes	97.686	8.196
<b><u>Valorização e Ganhos com Ativos</u></b>	<b><u>437.059.410</u></b>	<b><u>210.901.770</u></b>
Reavaliação de Ativos	301.701.781	210.901.607
Ganhos com incorporação de Ativos	135.357.618	-
Ganhos com desincorporação de Passivos	11	163
<b><u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u></b>	<b><u>86.440.070</u></b>	<b><u>142.786.343</u></b>
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	69.295.280	30.853.440
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.144.790	111.932.903
<b>RESULTADO PATRIMONIAL - AUMENTATIVAS</b>	<b>831.215.911</b>	<b>563.937.402</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 E 2017  
(Em Reais)

**VAIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b><u>Pessoal e Encargos</u></b>	<b><u>3.354.793</u></b>	<b><u>6.492.625</u></b>
Remuneração de Pessoal	2.684.241	5.762.497
Encargos Patronais	429.042	371.815
Benefícios a Pessoal	241.510	358.313
<b><u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u></b>	<b><u>225.043.422</u></b>	<b><u>187.191.828</u></b>
Aposentadorias e Reformas	195.156.648	160.457.339
Pensões	19.707.934	17.728.561
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.178.839	9.005.928
<b><u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u></b>	<b><u>707.379</u></b>	<b><u>470.284</u></b>
Uso de Material de Consumo	23.858	18.498
Serviços	673.677	446.176
Depreciação, Amortização e Exaustação	9.844	5.611
<b><u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u></b>	<b><u>4.552.278</u></b>	<b><u>-</u></b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	4.552.278	-
<b><u>Desvalorização e Perdas de Ativos</u></b>	<b><u>284.142.046</u></b>	<b><u>67.943.936</u></b>
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	270.302.035	67.943.936
Incorporação de Passivos	607.723	-
Desincorporação de Ativos	13.232.288	-
<b><u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u></b>	<b><u>552.916.608</u></b>	<b><u>193.002.067</u></b>
Constituição de Provisões	552.916.608	186.730.773
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	6.271.294
<b>RESULTADO PATRIMONIAL - DIMINUTIVAS</b>	<b>1.070.716.525</b>	<b>455.100.741</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>(239.500.614)</b>	<b>108.836.661</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO FINANCEIRO**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(Em Reais)

**INGRESSOS**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>306.086.512</b>	<b>221.230.189</b>
<b>Ordinária</b>		
<b>Vinculada</b>	306.086.512	221.230.189
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	306.086.512	221.230.189
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>		
<b>Regime Próprio de Previdência Social</b>		
Contribuições Sociais	67.329.485	68.688.312
Receitas de Valores Mobiliários	80.853.972	4.242.033
Indenizações e Restituições	97.686	7.243.240
Receitas Correntes Diversas	7.694.284	-
Amortizações e Empréstimos	4.552.278	4.178.710
Amortizações Intra-orçamentárias	140.660.580	123.216.142
Outras	4.898.229	13.661.752
<b>TOTAL RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>306.086.512</b>	<b>221.230.189</b>
<b>Transferência Financeiras Recebidas</b>	<b>14.478.243</b>	<b>10.395.450</b>
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	14.478.243	10.395.450
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>355.044.244</b>	<b>268.569.107</b>
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	2.204	3.854
Inscrição de Restos a Pagar Processados	93.092	93.377
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	52.997.803	52.242.943
V.P.A.	301.701.781	210.901.607
Outros Recebimentos Extra-orçamentários	249.363	5.327.325
<b>SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.473.163.119</b>	<b>1.279.139.490</b>
Caixa e Equivalente Caixa	15.591	11.679
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	1.473.147.528	1.279.127.811
<b>TOTAL</b>	<b>2.148.772.118</b>	<b>1.779.334.236</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO FINANCEIRO**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(Em Reais)

**DISPÊNDIOS**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>228.773.529</b>	<b>189.978.234</b>
<b>Ordinária</b>		
<b>Vinculada</b>	228.773.529	189.978.234
Recursos Destinados a Previdência Social - RPPS	228.773.529	189.978.234
<b>TESOURO</b>		
<b>Geral</b>		
Pessoal e Encargos Sociais	13.297.107	12.448.773
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>		
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>		
Pessoal e Encargos Sociais	214.103.974	176.496.557
Outras Despesas Correntes	1.331.409	1.021.603
Investimentos	41.039	11.301
<b>TOTAL DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>228.773.529</b>	<b>189.978.234</b>
<b><u>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u></b>	<b>297.265.035</b>	<b>116.192.883</b>
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	1.926	89.548
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	121.009	37.184
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.364.785	51.657.141
Desvalorização de Investimentos	117.128.019	59.081.684
Outros Pagamentos Extraorçamentários	127.649.295	5.327.326
<b>SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.622.733.554</b>	<b>1.473.163.119</b>
Caixa e Equivalente Caixa	502	15.591
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	1.622.733.052	1.473.147.528
<b>TOTAL</b>	<b>2.148.772.118</b>	<b>1.779.334.236</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em Reais)

**RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>PREVISÃO INICIAL (a)</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (b)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS (c)</b>	<b>SALDO d = (d-c)</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>250.613.000</b>	<b>250.613.000</b>	<b>301.534.234</b>	<b>50.921.234</b>
Receita de Contribuições	216.786.500	216.786.500	207.990.065	(8.796.435)
Receita Patrimonial	8.458.000	8.458.000	80.853.972	72.395.972
Receita de Serviços	6.245.000	6.245.000	-	(6.245.000)
Outras Receitas Correntes	19.123.500	19.123.500	12.690.198	(6.433.302)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.036.000</b>	<b>4.036.000</b>	<b>4.552.278</b>	<b>516.278</b>
Amortização de Empréstimos	4.036.000	4.036.000	4.552.278	516.278
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>254.649.000</b>	<b>254.649.000</b>	<b>306.086.512</b>	<b>51.437.512</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>254.649.000</b>	<b>254.649.000</b>	<b>306.086.512</b>	<b>51.437.512</b>
Déficit	15.480.000	15.480.000	-	
<b>TOTAL</b>	<b>270.129.000</b>	<b>270.129.000</b>	<b>306.086.512</b>	<b>51.437.512</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Em 31 de dezembro de 2018 (Em Reais)

**DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL (a)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (c)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS (d)</b>	<b>DESPESAS PAGAS (e)</b>	<b>SALDO DA DOTAÇÃO (f) = (b - c)</b>
<b>DESPESAS CORRENTE</b>	<b>229.031.000</b>	<b>244.031.000</b>	<b>228.732.490</b>	<b>228.730.285</b>	<b>228.637.193</b>	<b>15.298.510</b>
Pessoal e Encargos Sociais	221.650.000	236.650.000	227.401.081	227.401.081	227.365.342	9.248.919
Outras Despesas Correntes	7.381.000	7.381.000	1.331.409	1.329.204	1.271.852	6.049.591
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>850.000</b>	<b>850.000</b>	<b>41.039</b>	<b>41.039</b>	<b>41.039</b>	<b>808.961</b>
Investimentos	850.000	850.000	41.039	41.039	41.039	808.961
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>40.248.000</b>	<b>25.248.000</b>	-	-	-	<b>25.248.000</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>270.129.000</b>	<b>270.129.000</b>	<b>228.773.529</b>	<b>228.771.324</b>	<b>228.678.233</b>	<b>41.355.471</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)</b>	<b>270.129.000</b>	<b>270.129.000</b>	<b>228.773.529</b>	<b>228.771.324</b>	<b>228.678.233</b>	<b>41.355.471</b>
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	-	-	<b>77.312.983</b>	-	-	<b>(77.312.983)</b>
<b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>	<b>270.129.000</b>	<b>270.129.000</b>	<b>306.086.512</b>	<b>228.771.324</b>	<b>228.678.233</b>	<b>(35.957.512)</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em Reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b><u>INGRESSOS</u></b>	<b>1.435.521.133</b>	<b>806.755.902</b>
Receitas Derivadas e Originárias	301.534.234	220.750.635
Outros Ingressos Operacionais	1.133.986.899	586.005.267
<b><u>DESEMBOLSOS</u></b>	<b>1.290.461.936</b>	<b>613.239.092</b>
Pessoal e Demais Despesas	228.615.320	189.736.236
Transferências Concedidas	144.808	172.031
Outros Desembolsos Operacionais	1.061.701.807	423.330.825
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>145.059.197</b>	<b>193.516.811</b>
<b><u>INGRESSOS</u></b>	<b>4.552.278</b>	<b>4.178.709</b>
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.552.278	4.178.710
<b><u>DESEMBOLSOS</u></b>	<b>41.039</b>	<b>99.467</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	41.039	99.468
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>4.511.238</b>	<b>4.079.242</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>149.570.436</b>	<b>194.023.629</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.473.163.119</b>	<b>1.279.139.490</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>1.622.733.554</b>	<b>1.473.163.119</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis





## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

### **NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018 (Em R\$)**

#### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:**

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, autarquia municipal com personalidade jurídica de direito público criada através da Lei Municipal nº 5.894/02, tem por objetivo principal prover aos servidores públicos e a seus dependentes os benefícios previdenciários garantidos pela legislação, buscando o bem-estar de seus segurados. A garantia destes benefícios é pautada pela observância do equilíbrio atuarial do sistema, no qual os investimentos tomam relevante destaque uma vez que o Instituto utiliza o plano previdenciário que capitaliza os recursos atuais dos segurados para garantir o seu pagamento futuro.

#### **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/00, portaria MPS nº 509/13, portaria STN 634/13, portaria STN 261/14 e NBCT-SP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, ) referindo-se ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018, nos termos da Portaria MPS nº 204/08 e demais disposições normativas vigentes.

#### **NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas conforme a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163 de 04/05/01 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do São Paulo e Ministério da Previdência Social. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

#### **NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Em 31/12/2018 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial correspondem a R\$ 502,00 o qual detalhamos a seguir:

<b>Bancos Contas Movimentos - Posição em 31/12/2018</b>		
<b>Cód. do Banco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo - R\$</b>
15	Banco Bradesco S.A - Conta Corrente - Benefícios	1,00
165	Banco do Brasil S.A -Conta Iprejun Repasse de Honorários de Sucumbência	500,00
16	Banco Bradesco S.A -Conta Corrente- Diretoria Executiva	1,00
<b>Total</b>		<b>502,00</b>

Os honorários de Sucumbência referem-se a valores pagos pela parte contrária em ações movidas contra o Iprejun e que pertencem a Procuradoria Jurídica Iprejun/PMJ conforme a atuação dos procuradores no processo judicial.

#### **NOTA 5 – CRÉDITOS CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE**

Em 31/12/2018 o montante de Créditos a Curto Prazo registrados no grupo Ativo Circulante é de R\$ 21.020.307,22 e os Créditos a Longo Prazo no grupo Ativo Não Circulante é de R\$ 272.188.114,34, no total perfazem o valor de R\$ 293.208.421,56.

A seguir detalhamos a composição:

#### **Ativo Circulante:**

<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>R\$</b>
- Empréstimos a Receber RPPS	6.884.134,20
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal	14.136.173,02
<b>Total</b>	<b>21.020.307,22</b>

- 1) O valor de R\$ 6.884.134,20 refere-se ao contrato de empréstimo contraído pela Prefeitura do Município de Jundiaí junto ao IPREJUN e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.2.4.1.07.01 – Empréstimos a Receber RPPS.
- 2) Já o valor de R\$ 14.136.173,02 refere-se a Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 - Créditos Previdenciários do RPPS .

**Ativo Não- Circulante:**

<b>Créditos a Longo Prazo</b>	<b>R\$</b>
- Créditos Previdenciários Parcelados	196.462.638,16
- Empréstimos a Receber RPPS	75.725.476,18
<b>Total</b>	<b>272.188.114,34</b>

- 1) O valor de R\$ 196.462.638,16 refere-se a Créditos Previdenciários Parcelados e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.1.01.71 - Créditos Previdenciários Parcelados;
- 3) Já o valor de R\$ 75.725.476,18 representa as parcelas do empréstimo a receber cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.1.03.03- Empréstimos a Receber RPPS .

Base Legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:

Empréstimo – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996;

Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Lei: Nº.5.573 de 21 de dezembro de 2.000 Parcelamento Contribuições Previdenciárias (Acordo 107/2018 e Acordo 108/2018) Lei Nº 8.893/17.

**NOTA 6 - IMOBILIZADO**

O Ativo Imobilizado encontra-se com saldo em 2018 da ordem de R\$ 331.054,44, sendo subdividido em Bens Móveis R\$ 66.554,44 e Bens Imóveis R\$ 264.500,00. Os bens móveis foram submetidos à depreciação em 2018 e a depreciação acumulada dos bens é de R\$ 32.050,41 compreendendo as depreciações de 2.012 até 2.018.

Os bens móveis referem-se aos móveis, computadores e demais utensílios utilizados pelos servidores do IPREJUN no desenvolvimento das atividades administrativas. O valor de R\$ 264.500,00 de bens imóveis refere-se ao projeto executivo de construção da sede própria do Iprejun.

<b>IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo Balanço - Conta Bens Móveis ano anterior	57.565,57	46.264,57
(+) Aquisições no ano	41.039,28	11.301,00
Saldo do Imobilizado em 31/12 – Sem Depreciação	98.604,85	57.565,57
( -) Depreciação Acumulada	32.050,41	22.206,77
<b>(=) Saldo de Imobilizado em 31/12</b>	<b>66.554,44</b>	<b>35.358,80</b>

## NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

O total do Passivo Circulante é de R\$ 9.154.454,00 e está subdividido nos itens a seguir:

<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	874.288,41
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	45.652,56
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	0,00
Demais obrigações a Curto Prazo	0,00
Provisões de Curto Prazo	4.811.600,00
Demais obrigações a Curto Prazo	3.422.913,03
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>9.154.454,00</b>

O valor de R\$ 874.288,41 é composto pelas seguintes contas:

2.1.1.1.1.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios (F)	11.699,78
2.1.1.1.1.01.03	Férias (P)	219.126,24
2.1.1.2.1.05.03	Precatórios de Benefícios Previdenciários - Regime Ordinário - a partir de 05/05/2000 - Não Vencidos	607.722,93
2.1.1.4.1.01.01	Contribuições ao RGPPS - Contribuição sobre Salários e Remunerações (F)	13.673,68
2.1.1.4.2.01.01	Contribuição a Regime Próprio de Previdência ( RPPS) (F)	22.065,78
	<b>Total</b>	<b>874.288,41</b>

O valor de R\$ 11.699,78, refere-se à obrigação junto ao fornecedor do benefício de Vale Alimentação dos servidores do Iprejun a ser pago em 2019.

As provisões de férias e 13º salário foram realizadas mensalmente, restando ao final do exercício somente o saldo da provisão de férias de R\$ 219.126,24.

Foi devidamente registrado na contabilidade a obrigação referente aos precatórios conforme Mapa de Precatórios para pagamento em 2019 emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no valor de R\$ 607.722,93.

Os subitens Provisões de Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo serão detalhados nas próximas notas explicativas 7.1 e 7.2

### NOTA 7.1 – PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Foi constituída Provisão para Sentenças Judiciais que envolvem o Iprejun no montante de R\$ 4.811.600,00, baseada nos relatórios de controle da Procuradoria Jurídica do IPREJUN. Os valores encontram-se devidamente contabilizados no subitem Provisões de Curto Prazo do Balanço Patrimonial

## NOTA 7.2 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 3.422.913,03 estão discriminadas no Anexo 17 da Lei nº 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

Anexo 17 da Lei nº 4.320/64: Demonstração da Dívida Flutuante

Descrição	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>DEPÓSITOS</b>				
218810102- Contribuições ao RGPS	4.024,40	99.929,60	99.373,28	4.580,72
218810103 – Encargos Sociais Outras Entidades	10.195,61	9.272.632,15	9.269.760,02	13.067,74
218810104- Imposto de Renda Retido na Fonte	1.872.605,71	30.112.191,82	29.714.377,25	2.270.420,28
218810110 – Pensão Alimentícia	256,72	863.690,66	863.690,66	256,72
218810113 - Retenções Entidades Repres. Classe	162.214,44	2.438.652,14	2.391.1111,65	209.755,03
218810114 - Retenções Planos de Seguros	7.968,57	109.947,53	109.535,13	8.380,97
218810115- Retenções – Empréstimos e Financiamentos	723.329,68	9.912.217,23	9.725.124,88	910.422,03
218810499 – Outros Depósitos	9.299,93	188.542,30	191.812,69	6.029,54
<b>Totais</b>	<b>2.789.895,06</b>	<b>52.997.803,43</b>	<b>52.364.785,46</b>	<b>3.422.913,03</b>
<b>RESTOS A PAGAR</b>				
Não Processados	9.836,01	2.204,33	4.356,35	7.683,99
Processados	121.019,39	93.091,80	121.019,39	93.091,80
<b>Total Restos a Pagar</b>	<b>130.855,40</b>	<b>95.296,13</b>	<b>125.375,74</b>	<b>100.775,79</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.920.750,46</b>	<b>53.093.099,56</b>	<b>52.490.161,20</b>	<b>3.523.688,82</b>

O saldo de restos a pagar não-processado referem-se as despesas orçamentárias não liquidadas no valor R\$ 7.683,99 cujas fases de liquidação e pagamento deverão ocorrer no exercício seguinte.

Os valores registrados como Restos a Pagar Processados são da ordem de R\$ 93.091,80 e tratam-se de obrigação a pagar referente ao vale alimentação dos servidores do Iprejun, referente a Dez/18 (R\$ 11.699,78), cota patronal contribuição previdenciária INSS Dez/18 (R\$ 13.673,68), cota patronal contribuição previdenciária do Iprejun Dez/18 dos servidores do Iprejun e alíquota suplementar para cobertura déficit atuarial Dez/18 dos servidores do Iprejun (R\$22.065,78) contratos de fornecedores (R\$ 45.652,56) cuja prestação de serviço ocorreu em dezembro/2018.

O valor de R\$3.523.688,82, referem-se a valores a serem repassados a terceiros em 2.019.

### NOTA 8 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – PROVISÕES A LONGO PRAZO

O valor registrado no balanço patrimonial em 31/12/2018 a título de Provisões a Longo Prazo é R\$ 1.959.290.372,50 e refere-se a **Provisão Matemática** cuja composição detalhamos a seguir:

PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA							
2018							
Conta Contábil	Descrição	Saldo Inicial	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Final	D/C
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/ Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	1.684.029.622,69	C	0,00	638.146.066,84	2.322.175.689,53	C
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	68.970.176,20	D	27.785.258,33	0,00	96.755.434,53	D
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	2.079.069,77	D	611.976,93	0,00	2.691.046,70	D
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	185.366.888,25	D	202.620.163,41	0,00	387.987.051,66	D
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/ Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	2.079.925.584,15	C	0,00	555.376.275,17	2.635.301.859,32	C
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do ente para o Plano Previdenciário do RPPS	672.029.349,10	D	133.090.503,84	0,00	805.119.852,94	D
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	201.730.028,92	D	38.533.986,04	0,00	240.264.014,96	D
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	56.891.140,28	D	12.708.902,05	0,00	69.600.042,33	D
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	1.199.147.927,07	D	196.621.806,16	0,00	1.395.769.733,23	D
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	28.633.137,49	C	28.633.137,49	0,00	0,00	C
		<b>1.406.373.764,74</b>	<b>C</b>	<b>640.605.734,25</b>	<b>1.193.522.342,01</b>	<b>1.959.290.372,50</b>	<b>C</b>

Fonte: Avaliação Atuarial de Março/2018 página 25. Disponível em:  
[http://iprejun.sp.gov.br/x/S/Avaliacao\\_Atuarial\\_2018-dez17.pdf](http://iprejun.sp.gov.br/x/S/Avaliacao_Atuarial_2018-dez17.pdf)

A Provisão Matemática de 2017 era de R\$ 1.406.373.764,74, com a elaboração do novo estudo atuarial em março/2018 o novo número passou a ser R\$ 1.959.290.372,50. Este crescimento de 2.017 para 2.018 demonstra que as obrigações futuras com benefícios previdenciários aumentaram em R\$ 552.916.607,76 conforme avaliação atuarial de Março/2018.

## **NOTA 9 – RESULTADOS ACUMULADOS OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Resultado Acumulado/Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial de 2.018 é negativo em R\$ -77.906.840,92. Este número é obtido partindo-se dos Resultados Acumulados de Dez/2017 (R\$ 161.593.773,41), adicionando-se ao resultado patrimonial negativo obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais do período de 01/12/2018 a 31/12/2018 (R\$ -239.500.614,33).

<b>Ano 2018</b>	
Resultados Acumulados 2017	161.593.773,41
(+) Resultado Patrimonial 2018	-239.500.614,33
	0,00
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	
<b>(=) Resultados Acumulados de 2.018</b>	<b>-77.906.840,92</b>

Como vemos o Resultado Acumulado de 2.018 também é negativo, pois foi influenciado pelo Resultado Patrimonial de 2.018 que também é negativo em R\$ 239.500.614,33

<b>Ano 2017</b>	
Resultados Acumulados 2016	52.757.112,80
<b>(+) Resultado Patrimonial 2017</b>	<b>108.836.660,61</b>
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
<b>(=) Resultado Acumulado 2017</b>	<b>161.593.773,41</b>

Comparando-se o Resultado Acumulado (PL) de 2017 (R\$161.593.773,41) com o de 2.018 (R\$-77.906.840,92) identificamos que ocorreu grande diminuição de um ano para outro e isto ocorreu devido ao aumento significativo em Abril/2018 do valor da Provisão Matemática do último laudo atuarial de Março/2.018.

Todos os anos o Iprejun realiza um estudo atuarial, para saber qual o montante atualizado dos seus compromissos futuros referente a benefícios previdenciários. Este montante chama-se provisão matemática e representa os compromissos a longo prazo do Iprejun para com seus beneficiários.

No último estudo atuarial realizado em Março/2018, a provisão matemática apresentou crescimento saltando de R\$ 1.406.373.764,74 para R\$ 1.959.290.372,50, sendo que este aumento foi de R\$ 552.916.607,76.

Na planilha a seguir podemos enxergar perfeitamente que foi em Abril/2018 que ocorre a mudança brusca nos números, e o que até Março/2018 era positivo a partir de Abril/2018 passa a ser negativo.

**Resultado Patrimonial do Exercício 2018 (VPA x VPD) e Apuração do Resultado Acumulado ( PL) - Análise Mensal**

<b>Mês</b>	<b>Resultado Acumulado Dez 2017</b>	<b>Resultado Patrimonial (VPA x VPD) Mensal 2018</b>	<b>Resultado Acumulado 2018</b>
jan/18	161.593.773,41	50.219.698,02	211.813.471,43
fev/18	161.593.773,41	61.747.748,97	223.341.522,38
mar/18	161.593.773,41	78.171.836,33	239.765.609,74
abr/18	161.593.773,41	-471.364.383,14	-309.770.609,73
mai/18	161.593.773,41	-385.056.367,80	-223.462.594,39
jun/18	161.593.773,41	-395.229.674,06	-233.635.900,65
jul/18	161.593.773,41	-355.285.858,97	-193.692.085,56
ago/18	161.593.773,41	-363.730.500,23	-202.136.726,82
set/18	161.593.773,41	-346.508.734,80	-184.914.961,39
out/18	161.593.773,41	-294.331.918,95	-132.738.145,54
nov/18	161.593.773,41	-279.650.569,95	-118.056.796,54
dez/18	161.593.773,41	-239.500.614,33	-77.906.840,92

Observamos na tabela acima que o ano de 2.018 iniciou com Resultado Acumulado do exercício anterior 2017 (PL) positivo em R\$ 161.593.773,41, sendo impactado positivamente pelo resultado patrimonial acumulado de Janeiro a Março/2018 R\$ 78.171.836,33 apurado na Demonstração de Variação Patrimonial demonstrando Resultado Acumulado (PL) positivo em Março/2018 de R\$ 239.765.609,74.

Já no mês de Abril/2018, observamos que o resultado patrimonial acumulado até Abril/2018 passou a ser negativo em R\$ -471.364.383,14 e em consequência disto o Resultado Acumulado (PL) até Abril/2018 passou a ser negativo R\$ -309.770.609,73.

Os números vinham positivos até Março/2018, mas a partir de Abril/2018 passaram a ser negativos pois no mês de Abril/2018 foi identificado que o novo laudo atuarial demonstrava aumento da Provisão Matemática. A Provisão Matemática em 2017 era de R\$ R\$ 1.406.373.764,74, com a elaboração do novo estudo atuarial em Março/2018 o novo número passou a ser R\$ 1.959.290.372,50, para reconhecermos no balanço patrimonial este aumento de R\$ 552.916.607,76 foi necessário realizar o registro contábil de uma VPD de R\$ 552.916,607,76.

O reconhecimento deste aumento da provisão matemática de R\$ 552.916.607,76 em Abril/2018, deixou o resultado patrimonial acumulado a parti de Abril/2018 negativo em R\$ -471.364.383,14 , mantendo-se negativo até Dez/2018 com o seguinte valor R\$ -239.500.614,33.



Contudo, apesar do Resultado do Patrimonial do Exercício de 2018 (Confronto de VPA's x VPD's) e do Resultado Acumulado (PL) de 2.018 terem ficado negativos no encerramento do exercício 2018, observamos que aos longos dos meses o impacto negativo foi diminuindo gradativamente tanto no resultado patrimonial do exercício como no resultado acumulado (PL). É visível que apesar de negativos, tanto resultado do exercício quanto o PL, foram muito menores em Dez/18 do que os números registrados em Abril/2018 denotando a melhora dos números no decorrer do ano.

### **NOTA 10- DÉFICIT NA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:**

O Déficit apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais em Dez/2018 é de R\$ -239.500.64,63. Na planilha a seguir demonstramos a composição do resultado patrimonial mês a mês:

<b>Mês</b>	<b>Total V.P.A</b>	<b>Total V.P.D</b>	<b>Resultado Patrimonial</b>
jan/18	66.928.870,64	16.709.172,62	50.219.698,02
fev/18	99.380.827,91	37.633.078,94	61.747.748,97
mar/18	136.934.302,30	58.762.465,97	78.171.836,33
abr/18	175.625.711,11	646.990.094,25	-471.364.383,14
mai/18	398.554.175,57	783.610.543,37	-385.056.367,80
jun/18	443.327.661,08	838.557.335,14	-395.229.674,06
jul/18	523.452.929,25	878.738.788,22	-355.285.858,97
ago/18	552.775.729,09	916.506.229,32	-363.730.500,23
set/18	594.769.599,07	941.278.333,87	-346.508.734,80
out/18	677.822.852,36	972.154.771,31	-294.331.918,95
nov/18	720.619.574,05	1.000.270.144,00	-279.650.569,95
dez/18	831.215.910,51	1.070.716.524,84	-239.500.614,33

O resultado Patrimonial é o número obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais calculado pela diferença entre o total das VPA's e o total das VPD's do exercício. Toda vez que o conjunto de bens e direitos aumenta registra-se uma VPA e toda vez que o registro de obrigações aumenta registramos uma VPD. Assim se as VPA's forem superiores às VPD's teremos resultado do exercício positivo, já se as VPD's forem maiores do que as VPA's teremos resultado do exercício negativo. Neste caso as VPD's superaram as VPA's fazendo com que o resultado patrimonial fosse negativo R\$ -239.500.614,33.

O Quadro acima revela que de Janeiro/18 até Março/2018 o resultado patrimonial além de ser positivo vinha crescendo a cada mês . No entanto, no mês de Abril/2018 o resultado patrimonial passa a ser negativo em R\$ -471.364.383,14 e se mantém negativo até o encerramento do exercício de 2018 com o valor de R\$ -239.500.614,33 A título de comparação de Janeiro até Março/2018, observamos no quadro acima que o total de VPD's acumuladas foi de R\$ 58.762.465,97, em

Abril/2018 este número saltou para R\$ 649.990.094,25, ou seja mais de 10 vezes do que o valor das VPD's totais apuradas no 1º trimestre/2018. Considerando que as receitas não aumentaram na mesma proporção no mesmo período e nem no transcorrer do ano, as variações patrimoniais diminutivas foram muito maiores que as variações patrimoniais aumentativas de forma que o resultado acumulado do exercício ficou negativo.

O motivo deste aumento na VPD de Abril/2018 foi devido a necessidade de registrar o aumento da Provisão Matemática conforme laudo atuarial de Março/2018, pois no mês de Abril/2018 foi identificado que o novo laudo atuarial demonstrava aumento da Provisão Matemática. A Provisão Matemática em 2017 era de R\$ R\$ 1.406.373.764,74, com a elaboração do novo estudo atuarial em Março/2018 o novo número passou a ser R\$ 1.959.290.372,50, para reconhecermos no balanço patrimonial este aumento de R\$ 552.916.607,76 foi necessário realizar o registro contábil de uma VPD de R\$ 552.916,607,76.

O reconhecimento deste aumento da provisão matemática de R\$ 552.916.607,76 em Abril/2018, deixou o resultado patrimonial acumulado de Janeiro a Abril/18 negativo em R\$ -471.364.383,14

Para atualizar o valor da Provisão Matemática no Balanço Patrimonial, em Abril/2018 realizamos o registro de uma VPD (variação patrimonial diminutiva) no valor de R\$ 552.916.607,76. A título de comparação de Janeiro até Março/2018 o total de VPD's foi de R\$ 58.762.465,97, em Abril/2018 este número saltou para R\$ 649.990.094,25, ou seja mais de 10 vezes do que o valor das VPD's totais apuradas no 1º trimestre/2018. Considerando que as receitas não aumentaram na mesma proporção no mesmo período e nem no transcorrer do ano, as variações patrimoniais diminutivas foram muito maiores que as variações patrimoniais aumentativas de forma que o resultado do exercício ficou negativa.

### **NOTA 13 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário do Iprejun, apresenta déficit orçamentário de R\$ 15.480.000,00 devido as despesas orçamentárias serem maiores do que as receitas orçamentárias. Este valor refere-se as despesas com aposentadorias de inativos em carência e complementações de aposentadorias e pensões.

Este valor de R\$ 15.480.000,00 é previsto na despesa com a fonte 1 - Tesouro, específica para os empenhos das despesas de inativos em carência e complementações. Embora não esteja previsto na receita orçamentária, o Iprejun recebe ressarcimento da Prefeitura Municipal de Jundiaí dos valores gastos. Este ressarcimento ocorre através de "Transferências Financeiras" não através de arrecadação de receita pelo orçamento.

Embora haja o desequilíbrio entre total da despesa orçamentária orçada e total da receita orçamentária ao olharmos apenas o balanço orçamentário do Iprejun, não configura irregularidade conforme se encontra disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição, página 378 a qual reproduzimos a seguir: *"..os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por*

*exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. **Esse fato não representa irregularidade**, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.” Durante 2.018 foram repassados ao Iprejun pela Prefeitura de Jundiáí R\$ 14.478.243,18, através de Transferências Financeiras.*

## **NOTA 14 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Os Regimes Próprios de Previdência Social na condição de órgãos públicos seguem normas técnicas e de contabilidade estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público alinhadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território Brasileiro.

No que diz respeito a fiscalização, o RPPS é fiscalizado periodicamente pela Secretaria da Previdência Social (SPREV) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). No desenvolvimento de seus trabalhos a SPREV utiliza as Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto que o TCE-SP utiliza demonstrativos contábeis de modelo próprio.

A Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) de 19 /06/2015 diz: “...É importante destacar que as disposições da STN quanto às demonstrações financeiras, não se contrapõem e não excluem as exigências dos órgãos de controle. Deste modo, os Tribunais de Contas têm competência para exigir a publicação de demonstrativos além daqueles demandados pela STN. Assim, recomenda-se que os órgãos e entidades da Administração Pública consultem os órgãos de controle aos quais são jurisdicionados para orientá-los quanto a possíveis exigibilidades adicionais de demonstrativos contábeis e financeiros.” Isto esclarece que devido aos tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis visando a atender as necessidades específicas do MPS e TCE-SP.

## **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA**

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

### **1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS**

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

O controle interno compreende o plano da organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas, exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incremento na eficiência operacional e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de risco, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

Administração do Instituto procedeu revisão em seus controles internos implementou e os manuais estão disponíveis em seu site (internet) para consulta dos seus colaboradores.

## 2. BANCOS

Efetuamos o confronto dos saldos contábeis com os extratos bancários, bem como a análise das conciliações, e não observamos pontos relevantes a serem relatados

## 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (COMPOSIÇÃO)

### 3.1 SALDOS APLICADOS

- a) A composição da carteira dos investimentos dos RPPS na data base de 31/12/2018, conforme relatório contábil de Movimentação Bancária e Relatório analítico gerencial, era a seguinte:

Divisão do Patrimônio X Instituição Financeira				
Posição	Instituição	Valor (R\$)	% Carteira	Acumulada
1º	Títulos Públicos	590.023.075,28	36,93%	36,93%
2º	Bradesco	191.454.787,92	11,98%	48,91%
3º	Caixa	174.697.819,64	10,93%	59,85%
4º	Banco do Brasil	101.207.099,90	6,33%	66,18%
5º	Vinci Partners	98.802.246,08	6,18%	72,37%
6º	Sul América	92.710.340,94	5,80%	78,17%
7º	Western Asset	82.947.856,09	5,19%	83,36%
8º	Quest	74.633.101,14	4,67%	88,03%
9º	Itaú	46.933.125,60	2,94%	90,97%
10º	BTG Pactual	46.096.266,45	2,89%	93,86%
11º	XP Investimentos	21.134.716,18	1,32%	95,18%
12º	Icatu Vanguarda	20.284.623,55	1,27%	96,45%
13º	Brasil Plural	14.580.512,81	0,91%	97,36%
14º	Hedge	13.350.000,00	0,84%	98,20%
15º	Safra	9.431.210,48	0,59%	98,79%
17º	Rio Bravo	7.390.000,00	0,46%	99,25%
18º	Gávea	5.548.564,21	0,35%	99,60%
19º	BRZ	4.081.449,02	0,26%	99,85%
20º	Santander	1.357.400,43	0,08%	99,94%
21º	Petra	984.160,99	0,06%	100,00%
22º	Vila Ricca	20.686,08	0,00%	100,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>1.597.648.356,71</b>	<b>100,00%</b>	

b) As aplicações, em 31/12/2018, estão de acordo com as normas legais (Res. 3.922), conforme demonstrado abaixo:

Divisão do Patrimônio X Resolução 3.922				
Inciso	Descrição	Valor (R\$)	% Carteira	Limite Resolução
Art. 7º, I, a	Títulos Públicos de emissão do TN	590.023.075,28	36,93%	100%
Art. 7º, I, b	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	364.956.578,66	22,84%	
Art. 7º, I, c	ETF - 100% Títulos Públicos	0,00	0,00%	
Art. 7º, II	Operações compromissadas	0,00	0,00%	5%
Art. 7º, III, a	FI Renda Fixa "Referenciado"	0,00	0,00%	60%
Art. 7º, III, b	ETF - Renda Fixa "Referenciado"	0,00	0,00%	
Art. 7º, IV, a	FI Renda Fixa - Geral	126.563.811,66	7,92%	40%
Art. 7º, IV, b	ETF - Demais Indicadores de RF	0,00	0,00%	
Art. 7º, V, b	Letras Imobiliárias Garantidas	0,00	0,00%	20%
Art. 7º, VI, a	CDB - Certificado de Depósito Bancário	0,00	0,00%	15%
Art. 7º, VI, b	Poupança	0,00	0,00%	
Art. 7º, VII, a	FI em Direitos Creditórios	19.860.286,74	1,24%	5%
Art. 7º, VII, b	FI Renda Fixa (crédito privado)	41.944.532,77	2,63%	5%
Art. 7º, VII, c	FI Debêntures de Infraestrutura	0,00	0,00%	5%
	<b>TOTAL RENDA FIXA</b>	<b>1.143.348.285,11</b>	<b>71,56%</b>	<b>70%</b>
Art. 8º, I, a	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações	0,00	0,00%	30%
Art. 8º, I, b	ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50)	0,00	0,00%	
Art. 8º, II, a	FI de Ações - Geral	323.790.621,32	20,27%	20%
Art. 8º, II, b	ETF - Demais Índices de Ações	0,00	0,00%	
Art. 8º, III	FI Multimercado - Aberto	57.413.599,53	3,59%	15%
Art. 8º, IV, a	FI em Participações	36.127.036,83	2,26%	5%
Art. 8º, IV, b	FI Imobiliários	36.989.500,00	2,32%	5%
	<b>TOTAL RENDA VARIÁVEL</b>	<b>454.320.757,68</b>	<b>28,44%</b>	<b>30%</b>
	<b>TOTAL CARTEIRA</b>	<b>1.597.669.042,79</b>	<b>100,00%</b>	

Entre os demonstrativos "Divisão do Patrimônio x Instituição Financeira" e "Divisão do Patrimônio x Resolução 3.922" constava a diferença de R\$ 20.686,08, atribuída à Instituição Vila Ricca - Banco 57, devido a erro de fórmula. Conforme informações e verificações foi efetuada a correção pela área de investimentos e substituído os demonstrativos no site da Iprejun.

c) Aplicação Taxa de Administração/Construção Sede

Descrição	Valor (R\$)
BRDESCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO	179.621,33
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO	20.518.626,60
BRDESCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO	4.365.761,64
<b>TOTAL</b>	<b>25.064.009,57</b>

d) Composição das Aplicações

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
INVESTIMENTOS RPPS	1.597.669.042,79
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO/CONSTRUÇÃO SEDE	25.064.009,57
<b>TOTAL</b>	<b>1.622.733.052,36</b>
<b>SALDO CONTÁBIL</b>	<b>1.622.733.052,35</b>
PROVISÃO PARA PERDAS	(25.770.059,71)
SALDO CONTÁBIL	1.596.962.992,63
VARIAÇÃO	(0,01)

O Confronto entre os extratos das contas bancárias da Carteira de Investimentos do Iprejun, com os controles contábeis e a conta contábil presente no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2018, no valor total de R\$ 1.622.733.052,35 não apresentou divergências relevantes.

### 3.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A Política Anual de Investimento do IPREJUN foi elaborada pelo Comitê de Investimentos, com vigência para 2018, e publicada no site do IPREJUN. Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN 3.922 e Portaria MPS nº 440/13 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e taxa mínima atuarial.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, além dos princípios de responsabilidade socioambiental adotados.

A Política Anual de Investimento é um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais setores envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os investimentos. É um instrumento de planejamento para que o IPREJUN busque a maximização da rentabilidade de seus ativos com finalidade de constituir reservas suficientes para o pagamento do seu passivo atuarial, considerando os fatores de riscos, segurança, solvência, liquidez e transparência de seus investimentos, além de estabelecer, observados os limites legais, uma adequada alocação dos ativos através de uma estratégia de investimento.

A Diretoria Executiva do IPREJUN deverá observar a Política de Credenciamento e Seleção de Instituições financeiras, aprovada pelo Conselho Deliberativo do IPREJUN em 30/07/2015. Em nenhuma hipótese será admitida a aplicação em Instituições Financeiras que não tenham sido selecionadas pelo Conselho Deliberativo, após parecer do Comitê de Investimentos. Após a homologação da lista de Instituições Selecionadas pelo Conselho Deliberativo, no prazo máximo de 10 dias corridos, está deverá ser publicada no site do IPREJUN e na Imprensa Oficial do Município.

### 3.3 VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)

A variação patrimonial diminutiva (perdas) dos investimentos em 2018 foi de R\$ 117.128.019,19. A seguir detalhamos a distribuição das variações patrimoniais nos investimentos em 2018.

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA EM 31/12/2018</b>	<b>VALOR - R\$</b>
BRADESCO FIA DIVIDENDOS	14.299.757,70
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	9.478.846,70
CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	9.129.899,34
VINCI MOSAICO FIA	8.159.838,69
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	7.764.111,03
BANCO SANTANDER(BRASIL)S.A.-IMA-B INST TITULOS PUB	6.355.094,41
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	6.224.211,74
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	4.263.521,20
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	3.582.921,78
SULAMERICA INFLATIE RI RF LP	3.263.472,63
XP INVESTOR 30 FIC FIA	3.058.710,39
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. - BNP INFLAÇÃO FI RF	2.212.588,82
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	2.184.750,00
JMALUCELLI MARLIM DIVIDENDOS FIA	1.971.153,78
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	1.943.000,01
BANCO ITAUBANK S.A- INFLATION 5	1.903.798,16
BRZ TERRAS BRASIL FIP	1.854.126,43
BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL 15 FIC FIM	1.812.737,34
SUL AMÉRICA TOTAL RETURN FIA	1.784.665,50
BRADESCO H VALUATION IBOVESPA FI AÇÕES	1.765.353,66
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPFF11	1.739.400,00
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	1.666.000,04
WESTERN ASSET IMA-B	1.599.906,69
SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	1.563.084,00
BANCO ITAÚ BANK S.A - J. MALUCELLI SMALL	1.482.701,82
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.482.611,94
BRADESCO FIA SELECTION	1.134.186,61
BANCO BRADESCO S.A-BRADESCO FI RENDA FIXA IMA-GERA	1.093.071,08
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA	1.060.284,08
BANCO BRADESCO S.A. - VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	1.001.231,03
BANCO DO BRASIL S.A. - BB RPPS RF IMA - B5+	994.045,04
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	887.942,30
BB IMA-B5 FIC RF PREVIDENCIARIO LP	839.437,12
BRADESCO H FI CRED PRIV LP NILO	762.175,33



<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA EM 31/12/2018</b>	<b>VALOR - R\$</b>
SAFRA SMALL CAP PB	713.490,94
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LONGO PRAZO	658.400,08
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	649.823,69
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	648.614,47
VINCI GAS LOTUS INSTITUCIONAL FIA	642.625,66
BANCO BRADESCO S.A - RF IMA B 5+	499.995,96
SULAMÉRICA JURO REAL CURTO	440.765,74
FIDC CASAN SANEAMENTO	346.287,95
ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC	305.058,12
VINCI SELECTION EQUITIES FIA	278.080,75
XP DIVIDENDOS FIA	212.018,03
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	180.586,37
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	179.181,61
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	151.023,89
BANCO SANTANDER(BRASIL)S.A.-SANTANDER IMA-B 5 TITU	142.652,47
ITAU INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	128.332,78
SANTANDER TOP FIC AÇÕES	124.651,41
ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC	79.083,83
FIDC TREND BANK MULTISSETORIAL	76.726,72
BANCO BRADESCO S.A- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST E	74.962,55
SULAMERICA CRÉDITO ATIVO FI MULTIMERCADO CP	58.002,38
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	55.046,19
BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	50.903,61
BANCO BRADESCO S.A.- ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	43.361,64
CAIXA BRASIL IPCA XVI RF CRÉDITO PRIVADO	29.960,00
WESTERN IMA-B ATIVO FI RF - CONTA ENCERRADA T/ 163	28.434,13
BRASIL PLURAL INST FIC FIM II	11.311,83
<b>TOTAL</b>	<b>117.128.019,19</b>

Recomendamos realizar revisões extraordinárias quando houver necessidade de ajustes, redimensionando as metas de aplicação perante o comportamento ou conjuntura do mercado ou preservação dos ativos financeiros, obedecidos os parâmetros de risco-retorno fixados na Política de Investimentos e respeitados os aspectos legais vigentes, objetivando minimizar as perdas com investimentos.

### 3.4 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)

A variação patrimonial aumentativa (ganhos) dos investimentos em 2018 foi de R\$ 258.931.784,13. A seguir detalhamos a distribuição das variações patrimoniais aumentativa nos investimentos em 2018.

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA EM 31/12/2018</b>	<b>VALOR - R\$</b>
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	213.028,37
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA REF. DI	130.782,80
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	1.108.683,21
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI (CANCELADO)	167.591,94
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	104.381,00
BANCO ITAUBANK S.A.- NTN - B	24.627.259,70
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	313.329,78

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA EM 31/12/2018</b>	<b>VALOR - R\$</b>
BANCO BRADESCO S.A- BRADESCO FI REFERENCIADO DI PR	80.678,98
BANCO BRADESCO S.A-BRADESCO FI RENDA FIXA IMA-GERA	5.592.080,57
BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	11.002,33
FIDC TREND BANK MULTISSETORIAL	17.242,27
BANCO ITAUBANK S.A- INFLATION 5	6.082.966,74
BANCO SANTANDER(BRASIL)S.A.- IMA-B INST TITULOS PUB	4.760.372,21
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	432.631,95
BANCO SANTANDER(BRASIL)S.A.-SANTANDER IMA-B 5 TITU	1.192.864,42
BANCO BRADESCO S.A-MAXI PODER PUBLICO- TAXA ADMIN.	1.081.816,57
BANCO DO BRASIL S.A. - BB RPPS RF IMA - B5+	2.543.292,95
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. - BNP INFLAÇÃO FI RF	2.655.961,09
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	7.177.033,11
FI CAIXA BRASIL 2018 TP RF	1.281.052,59
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	4.611.233,46
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	2.344.219,74
FI RENDA FIXA BTG PACTUAL NTN-B	2.532.883,34
QUEST YIELD FIC FI RENDA FIXA LONGO PRAZO	737.229,71
FIDC CASAN SANEAMENTO	2.921.912,91
SAFRA IMA FIC RF	770.809,98
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	3.096.402,02
CAIXA BRASIL IPCA XVI RF CRÉDITO PRIVADO	341.720,00
BB PREV RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IX	692.824,31
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC	4.146.334,35
DAYCOVAL FUNDO DE RENDA FIXA IMA-B 5	260.683,94
RIO BRAVO CREDITO PRIVADO FI RF	69.952,09
SULAMERICA INFLATIE RI RF LP	8.717.905,62
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LONGO PRAZO	8.136.836,91
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	3.453,30
CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	38.025,24
XP INFLAÇÃO FIRF LONGO PRAZO	216.195,64
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3.598.346,67
BB IMA-B5 FIC RF PREVIDENCIARIO LP	4.901.319,19
SULAMÉRICA JURO REAL CURTO	1.894.092,43
BANCO BRADESCO S.A - RF IMA B 5+	1.161.183,20
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	982.841,64
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA	4.248.696,92
BRADESCO H FI CRED PRIV LP NILO	2.352.549,34
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RF	977.155,59
WESTERN IMA-B ATIVO FI RF - CONTA ENCERRADA T/ 163	120.004,83
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RF	284.623,55
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	1.684.000,00
BANCO ITAÚ BANK S.A - J. MALUCELLI SMALL	463.133,67
BANCO BRADESCO S.A.- ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	2.185,56
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	8.277.352,13
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	7.729.473,81
JPM - AÇÕES FIC DE FIA	212.676,37
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	1.914.750,00
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	16.488.927,94
BANCO BRADESCO S.A. - VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	4.238.338,96
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	2.360.999,99

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA EM 31/12/2018</b>	<b>VALOR - R\$</b>
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPF11	1.316.900,00
BRZ TERRAS BRASIL FIP	3.201.677,33
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	3.041.723,49
VINCI GAS LOTUS INSTITUCIONAL FIA	3.323.084,07
ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC	2.184.846,07
SULAMERICA CRÉDITO ATIVO FI MULTIMERCADO CP	308.114,59
FUNDO DAYCOVAL IBOVESPA ATIVO FIA	3.122.557,78
BRASIL PLURAL FIC FIA	3.942.459,04
BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL 15 FIC FIM	413.716,65
VINCI VALOREN FI MULTIMERCADO	82.445,27
XP DIVIDENDOS FIA	2.125.904,90
VINCI SELECTION EQUITIES FIA	950.636,99
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	191.255,73
ITAU INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	2.850.650,69
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	3.458.600,22
BRADERCO FIA DIVIDENDOS	19.538.049,94
SANTANDER TOP FIC AÇÕES	1.734.718,55
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	7.461.235,75
JMALUCELLI MARLIM DIVIDENDOS FIA	651.838,56
SUL AMÉRICA TOTAL RETURN FIA	4.217.173,89
BRADERCO FIA SELECTION	3.358.682,93
ITAU AÇÕES DIVIDENDOS FI	5.496.582,84
BRADERCO H VALUATION IBOVESPA FI AÇÕES	1.423.245,83
BRASIL PLURAL INST FIC FIM II	2.150.870,42
CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	11.670.861,84
SAFRA SMALL CAP PB	92.742,30
XP INVESTOR 30 FIC FIA	4.193.426,57
VINCI MOSAICO FIA	2.328.160,48
SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	994.294,48
<b>TOTAL</b>	<b>258.931.784,13</b>

A diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas proporcionou ganho para a iprejun no valor de R\$ 141.803.764,94, no final do exercício de 2018.

#### **4. CRÉDITOS - REALIZÁVEL A CURTO E LONGO PRAZO**

O valor de créditos registrados no Ativo Circulante no exercício de 2018, referentes ao Contrato de Empréstimo para Refinanciamento de dívida da Prefeitura de Município de Jundiáí, contraído junto ao Instituto de Previdência do Município de Jundiáí – IPREJUN, é o seguinte:

<b>VALORES CONTABILIZADOS</b>	<b>2018 - R\$</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	
OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER RPPS	14.136.173,02
EMPRÉSTIMOS A RECEBER RPPS	6.884.134,20
<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>	
EMPRÉSTIMOS A RECEBER RPPS	75.725.476,18
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	196.462.638,16
<b>TOTAL</b>	<b>293.208.421,56</b>
<b>VALORES INFORMADOS PELA PREFEITURA</b>	<b>2018 - R\$</b>
EMPRESTIMO IPREJUN	82.609.610,38
IPREJUN - PARCELAMENTO LEI Nº 5.573/2000	38.546.924,83
IPREJUN - PARCELAMENTO LEI Nº 8.893/17 (ACORDO 107/2018)	123.420.958,24
IPREJUN - PARCELAMENTO LEI Nº 8.893/17 (ACORDO 108/2018)	49.541.255,55
<b>TOTAL</b>	<b>294.118.749,00</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>(910.327,44)</b>

A diferença apontada acima foi justificada da seguinte forma:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
INCORPORAÇÃO LANÇADA A MAIOR EM MARÇO DE 2018 (ACORDO 107/2018)	649.583,99
INCORPORAÇÃO LANÇADA A MAIOR EM MARÇO DE 2018 (ACORDO 108/2018)	260.743,45
<b>Total</b>	<b>910.327,44</b>

De acordo com as informações contidas na resposta da circularização feita à Prefeitura Municipal de Jundiá os valores apontados acima foram corrigidos em março de 2019 nos controles da Prefeitura Municipal de Jundiá, visto que os valores registrados no Iprejun estavam corretos.

Recomendamos que periodicamente sejam conciliados os créditos a receber da prefeitura juntamente com seus registros internos para que as possíveis inconsistências sejam corrigidas dentro do próprio exercício.

## 5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2018 (R\$)</b>	<b>2017 (R\$)</b>
<b>ATIVO (I)</b>		
Ativo Financeiro	1.622.733.554,35	1.473.276.334,03
Ativo Permanente	267.804.431,23	103.624.146,03
Total do Ativo	1.890.537.985,58	1.576.900.480,06
<b>PASSIVO (II)</b>		
Passivo Financeiro	3.523.688,82	3.167.600,95
Passivo Permanente	1.964.928.821,67	1.412.148.941,71
Total do Passivo	1.968.452.510,49	1.415.316.542,66
<b>Saldo Patrimonial (I - II)</b>	<b>(77.914.524,91)</b>	<b>161.583.937,40</b>

## 6. CONTABILIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E NÃO RECOLHIDAS NO PRAZO

Este item compreende Contribuições que já se encontram em regime de parcelamento de débitos conforme Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários de números 107/2018 e 108/2018

Até o ano de 2016, a Contabilização da Contribuições Devidas e Não Recolhidas no Prazo, eram registradas apenas nas contas de controle nos grupos 7 e 8 do Balanço Patrimonial, conforme literatura específica para RPPS (Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social – Livro editado pelo Ministério da Previdência Social – Autora Diana Vaz de Lima).

Desde o Exercício de 2017, temos seguido a orientação do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que definiu que a contabilização fosse feita nas contas de controle grupos 7 e 8 e também nas contas do Ativo Circulante (Curto Prazo) e Não Circulante (Longo Prazo) – Créditos Previdenciários do RPPS.

Diante do exposto, foi contabilizado no que se refere aos créditos de Curto Prazo Circulante na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 – Créditos Previdenciários do RPPS, o valor de R\$ 14.136.173,02 e na conta contábil 1.2.1.1.1.01.71 – Créditos Previdenciários Parcelados de Longo Prazo – Não Circulante, o valor de R\$ 196.462.638,16, totalizando R\$ 210.598.811,18.

## 7. ATIVO IMOBILIZADO

### 7.1 BENS IMÓVEIS

Ao analisarmos a composição do imobilizado apuramos que o valor de projetos para a nova sede foi contabilizado como se fossem instalações em bens imóveis, conforme abaixo:

<b>CONTA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>331.054,44</b>	<b>294.168,82</b>
Bens Móveis	98.604,85	46.264,57
Bens Imóveis	264.500,00	264.500,00
Depreciações e Amortizações	(32.050,41)	(16.595,75)

## **7.2. TERRENO CEDIDO PELA PREFEITURA**

Terreno cedido pela prefeitura de Jundiaí, conforme Lei Municipal 7.940 de 16/10/2012, que reclassifica e autoriza a concessão administrativa de Uso, ao Instituto de Previdência do Município de Jundiaí – IPREJUN, de um imóvel público situado em Vila Hortolândia, para construção de sua sede, o qual se encontra contabilizado em 02/07/2014, na Rubrica 7.9.4.8.0.00.00 – Contrapartida de Responsabilidade de Terceiros Conta 894.81.0000 – Permissão de Uso – Bens Recebidos, Contas de Compensação, pelo valor de R\$ 1.834.254,50.

Seu registro está nas contas de Controle de Atos Potenciais do Ativo, e quando vier a ser recebido em doação integrará o imobilizado do instituto, conforme preconiza o art. 3º, que reproduzimos abaixo:

“art. 3º. Implementado o prazo de concessão e cumpridas as suas condições, fica o Chefe do Executivo autorizado a alienar a área de que trata esta Lei, ao concessionário, mediante doação definitiva e por escritura pública, lavrada nos termos da lei.”

Recomendamos acompanhamento pela administração do prazo da concessão, evitando a perda da cessão.

## **8. PROVISÃO MATEMÁTICA**

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuarias e representam os compromissos no encerramento do exercício relacionados aos benefícios concedidos e a concederem e tem como objetivo dar consistência e equilíbrio à sua continuidade. Este procedimento está contemplado através do Relatório Técnico sobre os Resultados da Avaliação Atuarial, emitido em março de 2018, e assinado pelo Atuário Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, MIBA 1.072.

Embora o “relatório técnico sobre os resultados da avaliação atuarial” esteja emitido em papel timbrado da empresa Exponencial, não encontramos no relatório a razão social da empresa, bem como seu CNPJ e registro profissional. Consta apenas a assinatura do atuário, mencionado acima.

Recomendamos que seja solicitado à empresa a aposição de sua razão social, seu CNPJ e seu registro profissional, no relatório entregue.

O Relatório foi elaborado utilizando-se da base atuarial com dados posicionados em 31/12/2017, mas os saldos correspondem ao Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2018.

Na data de nossos exames recebemos o relatório com data-base 2017, que está resumido abaixo:

DESCRIÇÃO	Saldo Final (R\$)
Aposentadorias/Pensões/ Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	(2.322.175.689,53)
(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	96.755.434,53
(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	2.691.046,70
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	387.987.051,66
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	(2.635.301.859,32)
(-) Contribuições do ente para o Plano Previdenciário do RPPS	805.119.852,94
(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	240.264.014,96
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	69.600.042,33
(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	1.395.769.733,23
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	-
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA A LONGO PRAZO</b>	<b>(1.959.290.372,50)</b>

As demonstrações contábeis devem refletir o valor da provisão matemática na data do encerramento do exercício, de acordo com relatório de avaliação atuarial emitido por profissionais registrados no Instituto Brasileiro de Atuários.

Tais informações são necessárias para a contabilização das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder.

As reavaliações atuariais, e os respectivos DRAA, deverão ter como data da avaliação o último dia do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, e serão elaboradas com dados cadastrais posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, conforme disposto no Artgo 14 da PORTARIA MPS Nº 403, de 10 de dezembro de 2008.

Conforme reportado em nosso relatório anterior, recomendamos que para o exercício de 2019, seja requisitado à empresa responsável pelo relatório atuarial, que entregue o referido relatório em tempo hábil para a contabilização até 31/12/2019.

O déficit atuarial apurado foi de R\$ 334.353.237,62, conforme demonstrado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>ATIVO</b>	<b>1.624.937.134,88</b>
Créditos a Longo Prazo (+) (parcelamento)	171.229.713,10
Investimentos do RPPS de Longo Prazo (+)	1.453.707.421,78
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA A LONGO PRAZO</b>	<b>1.959.290.372,50</b>
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>1.834.742.156,64</b>
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário (+)	2.322.175.689,53
Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	(96.755.434,53)
Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	(2.691.046,70)
Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS (-)	(387.987.051,66)
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>1.520.317.949,09</b>
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário (+)	2.635.301.859,32
Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	(805.119.852,94)
Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	(240.264.014,96)
Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS (-)	(69.600.042,33)
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(1.395.769.733,23)</b>
Outros Créditos do Plano de Amortização (-)	(1.395.769.733,23)
<b>PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>-</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>(334.353.237,62)</b>

Fonte: RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - Março de 2018

## 9. ASSESSORES JURÍDICOS (PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS)

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da companhia é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e



d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A assessora jurídica, Samara Luna dos Santos, Procuradora Jurídica do IPREJUN OAB/310759, forneceu as devidas informações, descrita a seguir:

<b>POSIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME RELATÓRIO JURIDICO</b>		
<b>SITUAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS</b>	<b>VALORES (R\$) em 2018</b>	<b>VALORES (R\$) em 2017</b>
PERDA CONCRETIZADA	3.552.000,00	3.524.742,84
PERDA POSSÍVEL	0,00	0,00
PERDA PROVÁVEL	1.259.600,00	2.080,600,00
PERDA REMOTA	1.800.000,00	381.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.611.600,00</b>	<b>5.986.742,84</b>
<b>VALOR ESTIMADO DA PROVISÃO</b>	<b>4.811.600,00</b>	<b>5.605.342,84</b>
<b>SALDO DA PROVISÃO NA CONTABILIDADE</b>	<b>4.811.600,00</b>	<b>5.605.342,84</b>
<b>INSUFICIÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A contabilidade, em 31/12/2018, tem provisionado o valor de R\$ 4.811.600,00, portanto coincidindo com a informação dos assessores jurídicos.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas. As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas. As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

## **10. SPED CONTÁBIL – ECD**

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros:

I - Livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III - Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Segundo o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, estão obrigadas a adotar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

§ 3º A obrigatoriedade a que se refere este artigo e o art. 3º-A não se aplica: (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)

III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.536, de 22 de dezembro de 2014. (Incluído (a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)

A Iprejun se enquadra no item II, portanto está desobrigada a entregar a ECD.

## **11. CONCLUSÃO**

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto os pontos e assuntos mencionados neste relatório circunstanciado.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

### **STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP**

Roberto Araújo de Souza  
CTCRC1SP242826/O-3  
Sócio Responsável